

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

CNPJ nº 08909578000177

O Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa - FIP Brasil de Governança Corporativa ("FUNDO"), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08909578000177, está ofertando até 600.000 (seiscentas mil) quotas, com valor unitário inicial de R\$ 1.000,00, correspondentes a até

R\$ 600.000.000,00

(seiscentos milhões de reais). O Fundo iniciará seu funcionamento a partir do fechamento de captação de recursos que perfazam R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de Reais) em período único. A distribuição pública das quotas foi deliberada pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, CEP: 04552-080, 15º andar, inscrito no CNPJ sob nº 33.753.740/0001-58 (o "**Administrador**") e o Ato de Constituição e o Regulamento do FUNDO foram registrados junto ao 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o nº 003246567, em 20 de junho de 2007. A constituição do Fundo foi deliberada por meio de Ato de Constituição, assinado pelo Administrador do Fundo, datado de 19 de junho de 2007. O Fundo e a distribuição pública de suas quotas foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") em 02/07/2007 sob nº CVM/SRE/RFP/2007/038.

O Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa – FIP Brasil de Governança Corporativa é regido pelas disposições de seu Regulamento, pelas Instruções CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e nº 406, de 18 de agosto de 2004, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Somente poderão participar na qualidade de quotistas do FUNDO Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109, da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTE ESTÁ EXPOSTO.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUIDAS.

REGISTRO NA CVM DATADO DE 02/07/2007

Administrador



Assessoria Financeira e Custódia



Auditoria



A data deste Prospecto é 27/02/2008

Índice

1.	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO	4
1.1.	Informações básicas	4
1.2.	Cronograma da oferta	7
1.3.	Regulamentação aplicável	7
2.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA e GESTORA	9
2.1.	Grupo Banif	9
2.2.	Equipe	29
3.	DECLARAÇÕES	34
3.1.	Declaração da Instituição Administradora e Coordenador da Distribuição	34
4.	DISTRIBUIÇÃO	35
4.1.	Custos de distribuição	35
5.	A TESE DE INVESTIMENTOS	36
6.	OBJETIVO, COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, COMITÊ E DECISÃO DE INVESTIMENTOS	43
6.1.	Objetivo e Composição da Carteira	43
6.2.	Comitê de Investimento	43
6.3.	Crítérios de Concentração	44
6.4.	Estratégia de Investimento	45
7.	PATRIMÔNIO DO FUNDO E CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS	48
7.1.	Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	48
8.	PÚBLICO ALVO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO	50
8.1.	Público Alvo	50
8.2.	Negociação de Quotas	50
9.	PERÍODO DE INVESTIMENTO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	51
10.	TAXAS E ENCARGOS	52
10.1.	Taxa de Administração	52
10.2.	Taxa de Performance	53
10.3.	Encargos	54
11.	CONFLITO DE INTERESSES	56
12.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	57
12.1.	Atendimento ao Quotista	57
12.2.	Cópias do Regulamento e do Prospecto	58
13.	FATORES DE RISCO	59
14.	TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL	62
14.1.	Tributação Aplicável aos Quotistas	62
14.2.	Tributação Aplicável ao Fundo	63
15.	SUMÁRIO DE CONTRATOS	64
15.1.	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria	64

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

1.1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O Fundo Investimento em Participações BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (o "Fundo") é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, não admitindo resgate de quotas.

Administrador

é o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., sociedade com sede na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58.

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
Rua Minas de Prata, 30, 15.º andar – São Paulo/SP
CEP 04552-080
Contato: Joubert Castro Filho
Fone (21) 3138-3100
e-mail: jcastro@banifib.com.br

Assessor Financeiro

é o [BB Banco de Investimento](#), instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30.

Banco do Brasil Investimento
Rua Lúcio Gama, 105 – 36º andar – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-080
Contato: [Leandro de Carvalho Vieira](#)
Fone: (21) [3808-3776](#)
e-mail: vieiralc@bb.com.br

Auditor Independente

é a KPMG - Auditores Independentes, CNPJ 57.755.217/0001-29, com sede à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo/SP, CEP 04530-904.

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 – São Paulo / SP
CEP 04530-904
Contato: Fernando Alfredo
Fone (11) 2183-3000
e-mail: falfredo@kpmg.com.br

Distribuição e Negociação de Quotas

as quotas do Fundo que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado na hipótese de aprovação da referida negociação pela assembléia geral de quotistas e cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis. A publicação deste prospecto antecede a primeira subscrição

e integralização de quotas, não havendo à data, quaisquer negociações das mesmas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Gestor

é o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., sociedade com sede na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58.

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
Rua Minas de Prata, 30, 15.º andar – São Paulo/SP
CEP 04552-080
Contato: Joubert Castro Filho
Fone (21) 3138-3100
e-mail: jcastro@banifib.com.br

Indexador

é o parâmetro de rentabilidade das quotas do Fundo, correspondente ao INPC acrescido de 8,5 % (oito e meio por cento) ao ano, capitalizado e calculada a rentabilidade *pro rata die*, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

INPC

é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Instituição Custodiante e Agente Escriturador

é o Banco do Brasil, sociedade com sede [à SBS Quadra 1, Bloco G, - Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal](#).

Investimento Inicial Mínimo

R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Patrimônio do Fundo

o total de recursos captados para aporte no Fundo, em Fechamento Único será de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

Período de Investimento

é o período no qual o Fundo deverá realizar os investimentos nos ativos das Empresas Alvo, até o quinto aniversário do Fechamento.

Prazo de Duração

é o prazo de duração do Fundo, qual seja, 8 (oito) anos, contados da data de encerramento do Fechamento, podendo ser prorrogado, na forma do Artigo 4º do Regulamento anexo a este prospecto.

Fechamento

é a data em que os Boletins de Subscrição atingirem o montante mínimo de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

Público Alvo

o Fundo destina-se a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 de 18/8/2004 e alterações posteriores.

Quantidade de Quotas Ofertadas

de 600.000 (seiscentas mil) quotas.

Regulamentação

Instruções CVM nºs 391, de 16/7/2003 e 406, de 29/4/2004.

Empresas Alvo

são as empresas brasileiras na qual se pode identificar:

- (a) condições mínimas operacionais e societárias para adotarem padrões de governança corporativa de nível global, especificamente quanto aos aspectos de transparência, ética, prestação de contas, respeito às leis, equidade e responsabilidade sócio-ambiental.
- (b) faturamento anual no exercício anterior ao do investimento de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Excepcionalmente, poderão ser enquadradas companhias com faturamento de pelo menos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na forma do parágrafo primeiro do art. 29 do Regulamento anexo a este prospecto.
- (c) atuação prioritária, mas não exclusiva, nos setores de Alimentos & Bebidas, Transportes & Logística; Tecnologia da Informação; Produtos Farmacêuticos & Cosméticos e Varejo.

Observação importante: os setores da economia apontados no item 'c' supra são meramente indicativos, podendo o Fundo investir em companhias de quaisquer setores, desde que atendidas as condições dos itens 'a' e 'b' e devidamente aprovadas pelo Comitê de Investimentos do Fundo.

Taxa de Administração

Após o Fechamento, o Administrador/Gestor e o Assessor Financeiro farão jus, respectivamente, a uma Taxa de Administração e a uma remuneração pela prestação de serviço de consultoria de investimentos, que será deduzida da taxa de administração, e calculada e paga de acordo com as regras definidas abaixo

- (a) durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador/Gestor e a remuneração a ser paga ao Assessor Financeiro pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderão a 1% (um por cento) ao ano incidentes sobre o Capital Comprometido; e
- (b) após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga a ser paga pelo Fundo ao Administrador/Gestor e a remuneração a ser paga ao Assessor Financeiro pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderão a 1% (um por cento) ao ano incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo deduzidos os aportes realizados para pagamento de taxa de administração, a distribuição dos valores principais investidos e as eventuais baixas contábeis de investimentos.

Taxa de Performance

20% (vinte por cento) da rentabilidade líquida do Fundo que exceder INPC+ 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, a serem pagos pelo Fundo ao Administrador da qual será descontada parcela para pagamento da Remuneração Adicional de Desempenho do Assessor Financeiro (“Remuneração Adicional de Desempenho”).

Valor de Emissão e Subscrição de cada Quota

R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Valores Mobiliários

são ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmem o direito ao recebimento de ações ou que estejam em consonância com as exigências da CVM para esta modalidade de fundo de investimento, ou ainda, outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Comitê de Investimento entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo e a regulamentação aplicável.

Volume da Emissão

R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

1.2. CRONOGRAMA DA OFERTA

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição:

Ordem dos eventos	Eventos	Data ¹
1	Protocolo do pedido de registro na CVM	27 de junho de 2007
2	Disponibilização do Prospecto definitivo	27 de setembro de 2007
3	Data de registro na CVM	27 de setembro de 2007
4	Publicação de anúncio de início de distribuição	02 de outubro de 2007
5	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento de distribuição	31 de dezembro de 2008

1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Administrador

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Administrador. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

1.3. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O Fundo Investimento em Participações BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (o "Fundo") é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, não admitindo resgate de quotas. O Fundo é regido pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.ºs 391, de 16 de julho de 2003, e n.º 406, de 18 de agosto de 2004, pelo seu Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, GESTORA E ASSESSOR FINANCEIRO

2.1. GRUPO BANIF (ADMINISTRADOR E GESTOR)

O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A é um banco de investimentos integrante do Grupo Banif, um conglomerado financeiro internacional com sede em Portugal e ações negociadas na Euronext. O grupo possui diversas empresas atuando no setor financeiro, segurador e imobiliário, apoiado por uma vasta rede de distribuição e uma operação internacional.

Em Portugal, o Grupo Banif desenvolve a atividade de private equity por meio de duas instituições: a NewCapital – Sociedade de Capital de Risco, SA e a Centro Venture, cujos capitais comprometidos totalizavam € 22 milhões e € 10 milhões em setembro de 2006, respectivamente. Em conjunto com outras instituições portuguesas, o Grupo Banif participa também em outros veículos de private equity: Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário MC2, Fomentinvest e Finpro, sendo que estes dois últimos destacam-se por sua atuação no setor de saneamento e meio ambiente.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando abriu, autorizado pelo Banco Central, seu escritório de representação. Em 1999, esta presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus S.A., constituído em 1986.

Com longa tradição e expertise no mercado de capitais, o Banif participou de diversas operações de emissão de valores mobiliários, reestruturação de passivos, securitização, fusões e aquisições, e assessoria financeira em privatizações. O Banif se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes institucionais, corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se as debêntures da CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., no valor de R\$120 milhões, 2ª e 3ª emissão de debêntures da Gafisa S.A., no valor total de R\$ 179 milhões, e a distribuição de quotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$100 milhões.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$600 milhões, a distribuição de quotas do CRI oriundo da Petrobrás Distribuidora, no valor de R\$73,6 milhões, a emissão de Notas Promissórias e CCBs para FURNAS, no valor total

de R\$350 milhões e R\$112,6 milhões respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPar, no valor total de R\$500 milhões. O Banif também atuou na distribuição de quotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$50 milhões e no CRI da Beta Securitizadora S.A. no valor de R\$7,1 milhões.

A Área de Private Equity do Banif no Brasil é comandada por Marcos Rechtman, administrador de recursos regularmente credenciado pela CVM, com relevante histórico de atuação no segmento no Brasil.

2.2. **BB BANCO DE INVESTIMENTO (ASSESSOR FINANCEIRO)**

2.2. VISÃO GERAL

O Banco do Brasil foi a primeira empresa brasileira a listar suas ações em bolsa de valores brasileira e atualmente é o maior banco da América Latina, segundo dados recentes divulgados pela Economática, possuindo presença significativa em todos os Estados brasileiros e com atividades em importantes centros econômicos e financeiros mundiais. Como banco de maior escala da América Latina, o Banco do Brasil atualmente conta com mais de 23,2 milhões de clientes. Destes, aproximadamente 8,0 milhões de clientes recebem seus salários pelo Banco do Brasil, sendo aproximadamente 4,3 milhões de funcionários públicos e 3,7 milhões de empregados de empresas privadas ou de economia mista. Os clientes do Banco do Brasil são atendidos por uma rede própria de, aproximadamente, 14.870 pontos de atendimento, dentre eles 3.923 agências bancárias espalhadas em 3.080 municípios brasileiros. Além disso, o Banco do Brasil possui mais de 40.950 terminais de auto-atendimento que, somados a serviços como centrais de atendimento por telefone e mobile banking, permitiram que seus clientes realizassem cerca de 89,0% das transações em 2005 fora do ambiente tradicional de agência. No exterior, o Banco atua em 21 países e sua rede (a maior no exterior dentre os bancos brasileiros), conta com 38 pontos de atendimento, incluindo 17 agências bancárias, localizadas em países como Estados Unidos, Argentina, Inglaterra e Japão.

Além da liderança no número de clientes e pontos de atendimento, até final de março de 2006 o Banco do Brasil manteve-se líder no Brasil, em:

- Volume total de ativos com R\$264,6 bilhões;
- Volume total de depósitos, com 20,0% do mercado, equivalentes a R\$139,2 bilhões, sendo R\$21,7 bilhões de depósitos judiciais;
- Carteira de crédito com R\$105,5 bilhões e participação de 15,5% do mercado de operações de crédito e de arrendamento mercantil
- Administração de recursos de terceiros por meio de sua subsidiária integral BB D'TVM, com 20,1% do mercado e um volume de R\$169,2 bilhões;
- Câmbio exportação, com 28,0% do mercado, e ACCs e ACEs, juntos com 31,5% do mercado; e
- Número de clientes habilitados a acessarem produtos e serviços via Internet e mobile banking, com 8,1 milhões de clientes.

Por ser um banco múltiplo, o Banco do Brasil oferece uma variada gama de produtos e serviços financeiros e não financeiros, que incluem operações de crédito para pessoas físicas e pessoas jurídicas, financiamentos para o agronegócio brasileiro, cartões de crédito e débito, seguros e previdência privada, negócios internacionais como câmbio e financiamento ao comércio exterior, operações de tesouraria, operações em diversos segmentos do mercado financeiro e de capitais e na administração de recursos de terceiros, sendo que neste último item cabe destacar a excelência do Banco do Brasil, que segue padrões internacionais, conforme comprovado pela classificação dada em março de 2006 pela agência de rating Moody's, que classificou o Banco como MQ1.

O Banco do Brasil é uma sociedade por ações de economia mista, controlada pelo Governo Federal e faz parte do conglomerado Banco do Brasil que além do banco múltiplo, compreende outras 15 empresas controladas pelo próprio Banco do Brasil, que completam seu portfólio de produtos e serviços. Por meio de seu banco de investimento, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco do Brasil detém ainda participações em empresas como companhias seguradoras, de previdência e capitalização. O Banco do Brasil é também patrocinador de duas entidades para seus funcionários, sendo uma de previdência complementar, a PREVI e outra de saúde, a CASSI. Adicionalmente, o Banco

do Brasil patrocina a Fundação Banco do Brasil, de cunho social, que visa principalmente contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do País.

Alguns dos dados considerados importantes pelo Banco do Brasil para os períodos indicados encontram-se na tabela abaixo:

<i>(em R\$ bilhões, exceto se de outra forma indicado)</i>	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2003	2004	2005	2005	2006
Ativo	230,1	239,0	253,0	245,7	264,6
Operações de crédito ⁽¹⁾	69,6	79,9	92,3	83,3	97,8
Depósitos	110,0	115,5	137,7	120,1	139,2
Patrimônio líquido	12,2	14,1	16,8	14,9	19,2
Lucro líquido	2,4	3,0	4,2	0,965	2,343
Retorno s/Patrimônio líquido (ROE) (em %)	22,3	23,0	26,8	29,3	63,0
Número de clientes (em mil)	18.751	21.089	22.907	21.219	23.259
Número de agências	3.241	3.722,0	3.894,0	3.786	3.923
Market share de ativos* (%)	17,3	16,5	15,1	16,1	15,8
Market share de operações de crédito* (em %)	17,0	16,9	16,2	18,4	15,5
Market share de depósitos* (em %)	22,4	20,2	20,2	20,0	19,1

Banco do Brasil possuía em março de 2006 aproximadamente 83,4 mil empregados e 10,5 mil estagiários. O Banco possui uma política de treinamento para todos seus empregados e, no ano de 2005, o valor total gasto pelo Banco do Brasil com treinamento foi de R\$52,0 milhões. O Banco do Brasil também possui ampla e moderna infra-estrutura tecnológica e seu orçamento para investimento em tecnologia e infra-estrutura no ano de 2005 foi de aproximadamente R\$806,0 milhões. Devido a sua política de treinamento, alinhada com a política de evolução e atualização tecnológica, o Banco do Brasil tem se reafirmado como uma empresa ágil, moderna e competitiva.

O Banco do Brasil adotou uma política de contínua evolução em suas práticas de governança corporativa com a alteração de seu Estatuto Social em 2002, que incorporou as principais práticas de governança corporativa estipulada no Regulamento do Novo Mercado. Em 31 de maio de 2006, o Banco do Brasil celebrou o Contrato do Novo Mercado com a BOVESPA. Esta evolução, aliada a um corpo diretivo técnico e ao alto nível de capacitação dos empregados do Banco, tem imprimido um controle mais rígido sobre os custos administrativos do Banco do Brasil e permitido que o Banco foque na ampliação de seus negócios, que refletem nos crescentes níveis de rentabilidade e eficiência operacional que o Banco vem atingido ao longo dos últimos anos. Desta forma, nos últimos três anos, o Banco apresentou consistentes taxas de retorno anualizadas sobre seu patrimônio líquido médio, sempre acima dos 20,0%, encerrando 2005 com 26,8% e o primeiro trimestre de 2006 com 63,0%, este último, influenciado por receita não

recorrente de R\$1,9 bilhão, fruto da ativação de créditos tributários decorrentes de diferenças intertemporais existentes em 31 de dezembro de 2005. Essa ativação foi permitida pela edição da Resolução CMN 3.355, que autorizou a ativação de créditos tributários cuja expectativa de realização seja igual ou menor que dez anos. O índice de eficiência, que vem demonstrando melhoria constante ano após ano, encerrou 2005 em 48,1%, em linha com o obtido pelos maiores bancos privados brasileiros. A eficiência apresentada no período de três meses findo em 31 de março de 2006 também foi de 48,1%.

Nos últimos 15 anos, o Banco do Brasil sempre foi apontado como Top of Mind do segmento bancário brasileiro, segundo pesquisas anuais realizadas pelo Instituto Data Folha.

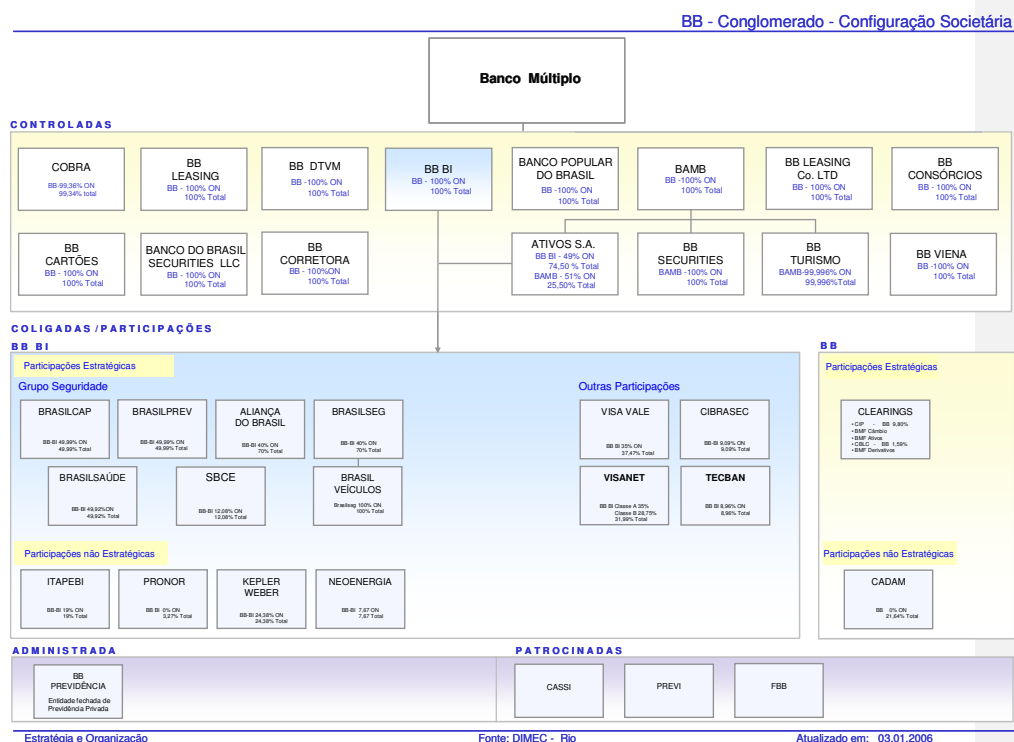
Empresa orientada a gerar valor aos acionistas

Em 2001, o Banco do Brasil adotou a configuração de Banco Múltiplo, trazendo vantagens como redução dos custos, racionalização de processos e otimização da gestão financeira e fisco-tributária. A nova estrutura configurou o Banco em três pilares negociais - Atacado, Varejo, Governo. No mesmo ano, com a implementação, pelo Governo Federal, do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o Banco do Brasil muda seu patamar de rentabilidade, refletindo todas ações engendradas desde 1995, no âmbito de um amplo processo de reestruturação.

Além das medidas relacionadas à geração de resultados consistentes e adequados ao que apresentado pelas instituições financeiras privadas, o Banco do Brasil, buscando melhorar suas práticas de governança corporativas, reformulou, em 2001 e 2002, seu Estatuto Social para garantir maior transparência e equidade no relacionamento com seus acionistas. Nesse sentido, como parte dos avanços em direção ao Novo Mercado da BOVESPA, efetuou a conversão de suas ações preferencias em ordinárias, entre outras exigências daquele segmento diferenciado da BOVESPA. Em 31 de maio de 2006, o Banco celebrou o Contrato do Novo Mercado com a BOVESPA.

Estrutura Societária do conglomerado do Banco do Brasil

O conglomerado do Banco do Brasil apresenta a seguinte estrutura societária:



O Banco do Brasil apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Atividades do Banco do Brasil

O Banco do Brasil atua em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo soluções financeiras e não financeiras a seus clientes. De acordo com a segmentação definida, o Banco do Brasil classifica sua atuação da seguinte forma: (i) Varejo, (ii) Atacado e (iii) Governo. O Banco atua, ainda, no mercado internacional, contando com a maior presença entre os bancos brasileiros no exterior. Além disso, o Banco se posiciona estrategicamente nos mercados de (a) gestão de recursos de terceiros, (b) agronegócio e (c) comércio exterior. Em linha com essas atividades, o Banco também atua fortemente na comercialização de produtos não financeiros, tais como cartões de crédito, seguros, previdência privada e capitalização.

Segmentação

A atuação do Banco do Brasil no mercado é orientada pelo foco estratégico no cliente. Os interesses e as demandas dos mercados em que o Banco atua, como “Varejo”, “Atacado” e “Governo”, estão alinhados às estratégias de relacionamento, ao desenvolvimento de produtos e à estruturação e disponibilização de canais de atendimento.

Os modelos de relacionamento do Banco com os diferentes públicos são constantemente aprimorados a fim de conquistar e fidelizar clientes de diversos perfis, incentivar o consumo de produtos e serviços, dar suporte à rede na realização de novos negócios e contribuir para a democratização da inclusão bancária e do acesso ao crédito.

A base de clientes do Banco do Brasil totalizou 23,2 milhões de clientes correntistas em 31 de março de 2006 contra 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, 21,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 e 18,8 milhões em 31 de dezembro de 2003. Adicionalmente aos clientes correntistas, aproximadamente 8,1 milhões de clientes não-correntistas eram atendidos pelo Banco na data deste Prospecto, 5,6 milhões de clientes poupadores, que não possuem conta-corrente, e 2,4 milhões de beneficiários do INSS.

Em 2005, a fim de fazer frente à maior competitividade observada no mercado e atender adequadamente à base de clientes, o Banco do Brasil adotou uma série de medidas para aprimorar o atendimento e reforçar a estratégia de oferecer serviços por meio de canais complementares. Entre essas iniciativas, destaca-se a revisão dos modelos de relacionamento para clientes do Mercado Varejo (pessoas físicas e Micro e Pequenas Empresas). O Banco implantou, também, o “Programa Retenção de Clientes” como forma de atuação ancorada em um sistema que permite identificar o risco de evasão por meio de informações estatísticas e de pesquisas e, assim, atuar de modo a reduzir o número de evasão de clientes.

Com relação às Micro e Pequenas Empresas, consideradas nesse universo as pessoas jurídicas, as cooperativas de crédito e as associações com faturamento bruto anual de até R\$10,0 milhões, o Banco do Brasil, em 31 de março de 2006, contava com 1,4 milhão de clientes neste segmento.

O Banco alcançou, aproximadamente, 21,8 milhões de clientes pessoas físicas no Mercado Varejo na data deste Prospecto. No relacionamento com esses clientes, o Banco atua em cinco níveis, sendo “*Banco do Brasil Private*”, “*Banco do Brasil Estilo*”, “*Exclusivo*”, “*Preferencial*” e “*Pessoa Física*”. O Banco segmenta seus clientes pessoa física de acordo com renda e/ou investimento, conforme a tabela abaixo:

Segmento	Renda		Investimento
Pessoa Física	Abaixo de R\$1,0 mil/mês	ou	Abaixo de R\$5,0 mil
Preferencial	Acima de R\$1,0 mil/mês	ou	Acima de R\$5,0 mil
Exclusivo	Acima de R\$4,0 mil/mês		--
Banco do Brasil Estilo	Acima de R\$10,0 mil/mês	ou	Acima de R\$50,0 mil
Banco do Brasil Private	--		Acima de R\$1,0 milhão

No Mercado Atacado, o Banco do Brasil está estruturado para atendimento às Médias e Grandes Empresas e ao segmento das Empresas *Corporate*, conforme critério de faturamento anual descrito abaixo:

Setor/Segmento	Médias e Grandes Empresas	Empresas <i>Corporate</i>
Indústria	De R\$10,0 milhões a R\$90,0 milhões	Acima de R\$90,0 milhões
Comércio	De R\$10,0 milhões a R\$150,0 milhões	Acima de R\$150,0 milhões
Serviço	De R\$10,0 milhões a R\$150,0 milhões	Acima de R\$150,0 milhões

No Mercado Governo, conforme definido na Seção “Mercado Governo” abaixo, fazem parte do público-alvo do Banco do Brasil os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Brasil, nas respectivas esferas federal, estaduais e municipais. Para esse mercado, o Banco do Brasil tem desenvolvido soluções específicas que procuram atender toda a cadeia do segmento, auxiliando o dia-a-dia não só do administrador público, como também dos servidores e dos fornecedores. Essas soluções, como o “Auto-atendimento Setor Público” acessível pela Internet, que reúne, em um único ambiente, transações, negócios e conteúdos relacionados ao setor público, facilitam o gerenciamento dos recursos de forma segura e transparente e a condução de diversos processos administrativos geridos pelo ente público.

A sinergia entre os Mercados Varejo, Atacado e Governo é verificada por meio dos convênios de folha de pagamento, já que este serviço envolve não somente os empregadores do setor público e privado, mas envolve seus empregados também, muitos dos quais são clientes de varejo do Banco do Brasil. Em março de 2006, aproximadamente 8,0 milhões de clientes receberam seus proventos pelo Banco, sendo 4,3 milhões de servidores públicos e 3,6 milhões de funcionários de empresas privadas ou de economia mista.

Mercado Atacado

A Diretoria Comercial do Banco do Brasil é responsável pelo estabelecimento das estratégias de atuação do Banco junto ao mercado de atacado, conforme definido na seção “Negócios do Banco do Brasil, Atividades do Banco do Brasil, Segmentação”, pelo desenvolvimento dos produtos e serviços para esse público, assim como pelos canais de distribuição que atendem esse segmento. O número de clientes do Mercado Atacado aumentou de 21,2 mil, em 31 de dezembro de 2003, para 24,4 mil em 31 de dezembro de 2004, para 27,6 mil clientes em 31 de dezembro de 2005, chegando a 29,2 mil em março de 2006.

Os segmentos de Médias e Grandes Empresas e o de Empresas *Corporate* recebem atendimento de gerentes de contas, sendo que cada gerente possui uma carteira de clientes estruturada conforme a complexidade do segmento. Os clientes das empresas desse seguimento contam com a concessão de empréstimos de agências situadas no Brasil e no exterior.

Produtos e Serviços de Atacado

Principais Operações de Crédito

Os empréstimos para o mercado Atacado são divididos em duas categorias: (i) capital de giro e (ii) investimento. A carteira de capital de giro apresentou um saldo de R\$11,1 bilhões em 31 de março de 2006. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, o saldo foi de R\$10,3 bilhões, comparado a R\$9,4 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2004 e R\$7,7 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2003. Os recebíveis, decorrentes das principais operações de giro, incluem operações com garantias tais como adiantamento de cartões de crédito e desconto de cheques pós-datados. Em 31 de março de 2006, a carteira de financiamentos por recebíveis do Mercado Atacado somava R\$4,6 bilhões, comparado com R\$5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2005, R\$5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2004 e R\$3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2003. O Banco do Brasil considera as operações garantidas por recebíveis como de risco de inadimplência mais baixo quando comparado ao de empréstimos tradicionais para capital de giro, pois os riscos

associados à operação estão distribuídos para um número maior de devedores.

Financiamentos para investimento são operações em que Banco atua como agente do FINAME e do BNDES, controlador da BNDESPAR, e também inclui financiamentos com recursos do FCO. Por meio desses empréstimos, o Banco do Brasil financia projetos de longo prazo que visam a expansão, transferência e modernização das instalações, melhorias tecnológicas e a compra de máquinas e equipamentos na região Centro-Oeste. Em 31 de março de 2006, o saldo de operações de investimento totalizava R\$5,0 bilhões, R\$5,0 bilhões em 31 de dezembro de 2005, R\$2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2004 e R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2003.

O Banco do Brasil gerencia suas operações domésticas de *leasing* por meio de sua subsidiária integral BB-Leasing Arrendamento Mercantil. O patrimônio líquido da BB-Leasing Arrendamento Mercantil era de R\$26,1 milhões em 31 de março de 2006, R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, R\$21,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 e R\$47,3 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em 31 de março de 2006, a BB-Leasing Arrendamento Mercantil possuía contratos no valor aproximado de R\$665,0 milhões, comparado a R\$591,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 e a R\$425,0 milhões em 31 de dezembro de 2004. Os prazos do *leasing* variam geralmente de 24 a 42 meses. A BB-Leasing Arrendamento Mercantil financia até 100% do preço de compra dos bens. As operações de *leasing* são geradas pelas agências ou por meio de unidades automatizadas do Gerenciador Financeiro, *internet banking* para pessoas jurídicas e envolvem principalmente automóveis, máquinas e computadores.

Operações de Mercados de Capitais

As operações no mercado de capitais do Banco do Brasil são de responsabilidade de sua Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos, que se reporta à sua Vice-presidência de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores. As operações nos mercados de capitais internacionais são de responsabilidade de sua Diretoria Internacional, que se reporta à sua Vice-presidência Internacional e de Atacado.

O BB Banco de Investimento S.A. é uma subsidiária integral do Banco do Brasil para atividades de banco de investimento, e possuía um patrimônio líquido de R\$1,9 bilhões em

31 de março de 2006. O BB Banco de Investimento S.A. executa as políticas do Banco do Brasil relativas a investimentos permanentes em empresas que operam em setores complementares às atividades econômicas do Banco do Brasil, como a Brasilcap, Brasilsaúde, Brasilseg e a Brasilprev, que são suporte para as operações de seguros, capitalização e previdência, respectivamente. Além disso, também realiza investimentos temporários em empresas que adotam práticas de boa governança corporativa.

O Banco do Brasil realiza atividades de colocação de títulos e valores mobiliários no mercado interno, atuando de maneira ativa em financiamentos estruturados, privatizações, incorporações e aquisições, bem como prestando assessoria a empresas em suas ofertas públicas de ações, notas promissórias e títulos.

Em 2003, o valor total das ações e títulos subscritos pelo Banco foi de R\$6,7 bilhões e incluiu ofertas para emissores como Companhia Siderúrgica Nacional S.A., CPFL Energia S.A., Companhia Siderúrgica Paulista, Itapebi Geração de Energia S.A. e Acesita S.A. Em 2004, o valor total das ações e títulos subscritos foi de R\$1,2 bilhão e incluiu ofertas para emissores como Braskem S.A., Ferrovias Norte Brasil - Ferronorte S.A., Telemar Participações S.A., Companhia Energética de Minas Gerais S.A., CPFL Paulista S.A., Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Brasil Telecom S.A., MRS Logística S.A., NeoEnergia S.A., Natura Cosméticos S.A., WEG S.A., Grendene S.A., Porto Seguro S.A. e Suzano Petroquímica S.A.

Em 2005, no segmento de renda fixa, o Banco do Brasil atuou nas operações de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Telesp Participações S.A., Companhia Itauleasing de Arrendamento Mercantil, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Aços Villares S.A., Termopernambuco S.A., Gafisa S.A., Companhia Paranaense de Energia, Telemar Par e Fundação Tupy S.A., tendo sido Coordenador Líder destas três últimas operações. As participações do Banco nesse mercado somaram R\$1,1 bilhão. Em renda variável, o Banco do Brasil participou das ofertas públicas de ações da América Latina Logística S.A., Submarino S.A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., TAM S.A., Energias do Brasil S.A., PIBB, Banco Nossa Caixa S.A., Tractebel Energia S.A. e Universo Online S.A. No mercado de ações de varejo foram realizados 165 mil negócios, sendo 99,3 mil via Internet, com um volume financeiro total de R\$1,4 bilhão.

Em fevereiro de 2005, o lançamento do BB Fundo de Investimento Imobiliário marcou o ingresso do Banco no segmento de fundos atrelados a ativos imobiliários, com a distribuição de R\$123,5 milhões a investidores, complementando assim a cesta de produtos de investimentos oferecida aos clientes pessoa física.

Ao final de 2005, a base de acionistas administrada pelo Banco do Brasil alcançou cerca de 3,4 milhões de acionistas. O Banco encerrou o ano de 2005 em 3º lugar no total de ativos custodiados, com volume de R\$180,0 bilhões, tendo entre seus clientes fundos de pensão, seguradoras, administradoras de ativos e Empresas *Corporate*.

Destaca-se ainda, no período, a atuação do Banco como um dos estruturadores do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC para Furnas Centrais Elétricas S.A., com montante de R\$878,0 milhões.

O Banco do Brasil presta, ainda, serviços de consultoria financeira especializada, com destaque para sua participação no leilão de transmissão de energia ANEEL 001/2005, ocasião em que os consórcios assessorados pelo Banco sagraram-se vencedores de dois dos lotes oferecidos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2006, no segmento de securitização, o Banco do Brasil coordenou duas operações de FIDC: a operação de Sabesp, que marcou o início da prestação do serviço pelo Banco de agente custodiante em fundos de recebíveis, e a operação do Grupo Brasil. No segmento de Renda Fixa, o Banco do Brasil coordenou três grandes operações no período de três meses findo em 31 de março de 2006: CPFL Piratininga, Petroflex e Telemar Norte Leste.

Canais de Distribuição de Atacado

O Banco do Brasil acredita possuir a terceira maior rede bancária de atacado no País, com 17 agências *Corporate* e 68 agências Empresariais, totalizando 85 agências especializadas no segmento de Atacado, distribuídas nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Essas agências estão distribuídas principalmente nas Regiões Sul e

Sudeste do País onde a maioria das sedes das empresas-alvo estão localizadas.

Além dos canais descritos acima, o Banco também oferece o “Gerenciador Financeiro” – Internet para pessoas jurídicas – que encerrou o período de três meses findo em 31 de março de 2006 com a adesão de mais de 26,5 mil empresas do segmento Atacado já habilitadas a utilizarem o serviço, responsáveis por 36 milhões de transações no primeiro trimestre de 2006.

Mercado Internacional

No exterior, a atuação do Banco do Brasil está voltada para a captação de recursos e para a promoção e viabilização de negócios com o Brasil, mediante apoio às empresas brasileiras na realização de operações de comércio exterior e na conquista de novos mercados.

O Banco do Brasil ainda presta atendimento a brasileiros residentes em outros países como Portugal e Japão, por exemplo, e sua atuação está direcionada para o mercado de Varejo, com o objetivo de apoiar e ampliar negócios com a comunidade brasileira naqueles países e também de aumentar a sua base de clientes. Em Miami e Paris, o Banco do Brasil prioriza o segmento “*Private*”, oferecendo opções de investimento, de acordo com o perfil dos clientes.

Operações Internacionais

As operações internacionais do Banco do Brasil são de responsabilidade de sua Diretoria Internacional. A Diretoria Internacional, e as dependências do Banco localizadas fora do Brasil que a ela se reportam, atuam principalmente no financiamento de exportações brasileiras e no gerenciamento das operações cambiais de longo prazo (títulos e empréstimos de longo prazo). O Banco do Brasil também aceita depósitos em moeda estrangeira de clientes do segmento de Varejo e Atacado e concede crédito a clientes brasileiros e não brasileiros. As operações incluem operações financeiras estruturadas, empréstimos sindicalizados e demais operações relacionadas ao comércio exterior.

O desenvolvimento de fontes adicionais de recursos em moeda estrangeira de médio prazo

a serem utilizados para financiamento de empresas brasileiras constitui atividade prioritária do Banco como um todo, estando a cargo da Diretoria Internacional. Na busca desse objetivo, três áreas principais são focalizadas em *leasing* de bens de capital denominados em dólares, empréstimo de recursos denominados em Dólares por meio de repasse de recursos externos (nos termos da Resolução do CMN nº 2.770, de 30 de agosto de 2000) e a compra de títulos denominados em dólares emitidos por empresas brasileiras líderes de mercado.

As tabelas abaixo discriminam os ativos e as fontes de recursos da rede internacional do Banco nos períodos indicados:

(em R\$ milhões)	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2005	2004	2003
Ativo					
Ativos líquidos	1.339,5	606,1	2.588,9	1.664,7	769,0
Depósitos interbancários	13.185,0	13.208,0	20.175,9	13.067,3	27.469,4
Empréstimos de curto prazo	3.782,5	3.529,8	3.767,9	3.234,6	3.625,3
Empréstimos de longo prazo	5.077,2	5.906,6	5.379,9	5.771,5	5.841,5
(Provisão)	(206,2)	(262,6)	(217,6)	(267,2)	(428,4)
Títulos e valores mobiliários	1.849,3	3.386,8	2.794,5	2.804,7	3.421,1
Direção Geral	264,8	5.357,9	--	4.761,9	--
Outros ativos	1.306,8	670,6	1.295,0	1.229,9	2.834,6
Permanente	154,3	210,4	169,4	218,6	225,4
Total	26.753,2	32.613,6	35.953,9	32.486,0	43.758,0
Passivo					
Depósitos à vista	958,4	1.078,3	1.073,9	1.012,9	1.121,2
Depósitos à prazo	12.880,1	15.377,2	13.359,6	14.853,6	18.207,5
Empréstimos	3.584,9	4.889,4	3.944,6	4.831,8	4.094,1
Outros	369,2	1.432,5	792,5	1.858,9	2.401,1
Eurobônus	634,3	933,0	668,0	929,7	1.626,8
Títulos emitidos do BB	4.386,8	4.648,0	3.753,3	4.721,4	3.974,7
Direção Geral	--	--	8.220,3	--	7.911,7
Patrimônio Líquido	3.939,6	4.255,2	4.141,6	4.277,7	4.421,1
Total	26.753,2	32.613,6	35.953,9	32.486,0	43.758,0

Os recursos para os ativos do exterior do Banco são obtidos principalmente a partir de depósitos, do produto de emissões de *bonds* e de recursos transferidos pelo Banco, a partir do Brasil. Os depósitos são tomados no mercado interbancário, de clientes corporativos, pessoas físicas e empresas públicas federais brasileiras para dar suporte a operações ativas específicas empreendidas pelo Banco do Brasil. Aproximadamente 45,2% dos recursos totais representados por depósitos à vista e depósitos a prazo da rede internacional do Banco em 31 de março de 2006 foi obtida junto ao mercado interbancário, 11,1% junto a clientes corporativos, 29,7% junto a pessoas físicas e 14,0% junto a entidades governamentais.

Os depósitos à vista e a prazo representavam 52,1% do passivo total da rede internacional do Banco em 31 de março de 2006 (comparados a 40,2% em 31 de dezembro de 2005,

48,8% em 31 de dezembro de 2004 e 44,2% em 31 de dezembro de 2003). Dos recursos mantidos em contas de depósito do Banco no exterior US\$1,3 bilhão, em 31 de março de 2006, em provenientes dos clientes de varejo no Japão.

Empréstimos de curto prazo são concedidos a operações de empresas brasileiras, sendo também algumas operações de crédito celebradas com empresas estrangeiras. Estas operações ativas são agrupadas juntamente com empréstimo ao comércio exterior sob a rubrica “empréstimos de curto prazo” e “empréstimos de longo prazo” e representavam 33,1% do total de ativos da rede internacional do Banco em 31 de março de 2006. A provisão para devedores duvidosos representava 2,3% do total dos empréstimos.

A carteira de títulos e valores mobiliários do Banco no exterior é composta por títulos do Governo Federal e títulos emitidos por empresas públicas federais. Em 31 de março de 2006, os títulos emitidos pelo Governo Federal representavam 87,4% do valor total de US\$851,6 milhões de títulos emitidos no exterior e administrados pelo Banco.

Além das operações de empréstimos comerciais, a Diretoria internacional do Banco do Brasil dedica-se ao gerenciamento da liquidez das dependência externas. A carteira interbancária estrangeira do Banco, que totalizava US\$6,1 bilhões em 31 de março de 2006 é composta principalmente por recursos do Governo Federal e certificados de depósito, depósitos à vista e depósitos *overnight* realizados junto a bancos internacionais de primeira linha.

Em 31 de março de 2006, a carteira de crédito de longo prazo do Banco totalizava US\$3,3 bilhões (comparada a US\$3,1 bilhões em 31 de março de 2005, US\$3,2 bilhões em 31 de dezembro de 2005, US\$2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2004 e US\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2003). Em 31 de dezembro de 2005, 66,6% dos empréstimos de longo prazo do Banco eram destinados às empresas do setor público (em comparação a 40,7% em 31 de dezembro de 2004 e 53,8% em 31 de dezembro de 2003) enquanto 33,3% de tais empréstimos eram destinados a empresas do setor privado se comparado a 59,3% em 31 de dezembro de 2004 e 46,2% em 31 de dezembro de 2003.

Agência Grand Cayman

A agência de Grand Cayman foi constituída em 1976 com a principal finalidade de obter recursos de curto prazo para serem utilizados para o financiamento de operações de comércio exterior de empresas brasileiras.

A agência estabelecida nas Ilhas Grand Cayman é registrada de acordo com a Parte VII da Lei das Sociedades das Ilhas Cayman e tem uma licença bancária Classe B para operar nas Ilhas Cayman de acordo com a Lei de Instituições Bancárias e Fiduciárias, o que permite à Agência Grand Cayman a conduzir todos os tipos de negócios bancários em qualquer parte do mundo, mas não permite à Agência de Grand Cayman receber depósitos de residentes das Ilhas Cayman ou investir em qualquer ativo que represente uma reivindicação a qualquer pessoa residente nas Ilhas Cayman, sujeito a determinadas exceções com relação a, dentre outros, sociedades não-residentes isentas ou ordinárias e outras licenciadas. Os resultados das operações da Agência Grand Cayman são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e não consolidadas do Banco.

O passivo da agência Grand Cayman é primeiramente coberto pela totalidade de recursos em Dólares da agência Grand Cayman, mas de acordo com as leis brasileiras, o Banco é responsável por todas as obrigações da agência Grand Cayman. A agência Grand Cayman é uma filial do Banco e não tem personalidade nem existência jurídica em separado. O CMN editou regulamentações relativas à operação e manutenção de agências *offshore* pelas instituições financeiras brasileiras conforme determinado pela Resolução nº 2.723, de 31 de maio de 2000, conforme alterada.

A agência Grand Cayman está atualmente envolvida no negócio de originar recursos no mercado bancário e de capitais internacional para fornecer linhas de créditos para o Banco, que são então oferecidas aos clientes do Banco para capital de giro ou financiamento de operações comerciais. A agência Grand Cayman também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e fornece crédito a clientes brasileiros e não brasileiros principalmente em relação às operações de comércio exterior com o Brasil. Todas as decisões estratégicas e operações realizadas pela agência de Grand Cayman devem ser previamente aprovadas pela Diretoria Internacional na sede do Banco no Brasil.

Leasing Internacional

As operações de *leasing* internacional do Banco do Brasil são conduzidas por meio de sua subsidiária integral do Banco, BB Leasing Company Limited (“BB Leasing”), que é administrada pela Diretoria Internacional e foi constituída em dezembro de 1981 sob as leis das Ilhas Cayman e que executa operações de leasing destinadas a proporcionar bens de capital para as empresas brasileiras utilizando financiamento externo. Em 31 de março de 2006, a BB Leasing possuía ativo total no valor de US\$34,1 milhões.

Os prazos dos contratos de leasing que incluem computadores, máquinas e aviões variam geralmente entre 24 de 60 meses e os *leasings* são contratados por meio das agências do Banco do Brasil no País. A BB Leasing se capitaliza com seus próprios recursos e por meio do grupo do Banco do Brasil. A BB Leasing tem com frequência capacidade de equilibrar seus custos de captação com suas taxas de empréstimo e de compatibilizar seus prazos de captação com os prazos de suas operações.

3. Operações nos Mercados de Capitais Internacionais

O Banco do Brasil possui uma rede de distribuição para colocação de títulos representativos de dívidas de empresas brasileiras junto a seus clientes e demais investidores em todo o mundo. Essa atividade vem sendo empreendida principalmente por intermédio da BB Securities Ltd. (“BB Securities”), tendo a quantidade de produtos, mercados e investidores apresentado crescimento significativo. A BB Securities coloca, distribui ou negocia uma ampla quantidade de produtos, inclusive *brady bonds*, *eurobonds*, *euro medium term notes*, *structured notes*, *euro commercial papers*, *euro certificates of deposit* e *promissory notes*. Suas funções principais são:

- a colocação de novas emissões do Brasil, em nome de empresas, bancos, empresas do setor público e da República Federativa do Brasil;
- a distribuição de *bonds* a investidores em Londres, Europa Continental, América Latina e Ásia;
- a negociação de *Brady bonds*, *global notes* e *eurobonds* com investidores do Brasil e do exterior;

- *market making* para todas as classes de *bonds* brasileiros;
- participação no ramo de consultoria a clientes privados;
- estruturação de *depository receipts*; e
- prestação de uma ampla quantidade de serviços de pesquisa e informações a investidores e tomadores.

O Banco do Brasil está presente em Nova Iorque desde 1969. Ao final de junho de 2005, o Banco anunciou a abertura naquela cidade da corretora Banco do Brasil Securities LLC, que se encontra registrada na NASD. Como consequência deste lançamento, o Banco do Brasil passou a atender empresas brasileiras no mercado de capitais norte-americano, além de oferecer as tradicionais operações estruturadas e de comércio exterior.

Rede de Distribuição no Exterior

O Banco tem a maior rede externa de atendimento entre os bancos brasileiros. Presente em 21 países, essa rede responde por negócios em todo o mundo, contando com 17 agências, oito subagências, oito unidades de negócios e escritórios de representação, além de cinco subsidiárias. O Banco obteve, ainda, autorização do Banco Central para abrir dois novos escritórios de representação, um em Seul, na Coreia do Sul, e outro em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e pretende obter autorização para abrir duas novas agências em Portugal. O Banco do Brasil fazia parte, em 31 de março de 2006, de uma rede de bancos correspondentes formada por 1.527 instituições financeiras, em 148 países.

A tabela abaixo apresenta as localidades onde o Banco possui agências e subagências no exterior, suas unidades de negócio e subsidiárias, na data do prospecto:

Agências	Subagências	Unidades de Negócios	Subsidiárias
Amsterdã	Cascais	Caracas	Banco do Brasil AG
Assunção	Gifu	Cidade do México	Banco do Brasil Securities LLC
Buenos Aires	Gunma*	Hong Kong	BB Leasing Company Ltd.
Cidade do Leste	Hamamatsu*	Lima	BB Securities Ltd.
Frankfurt	Ibaraki	Luanda	BAMB Brazilian American Merchant Bank
Grand Cayman	Nagano	Roma	
La Paz	Nagóia*	Xangai	
Lisboa	Santa Cruz de La Sierra	Washington	
Londres		Seul**	
Madri		Dubai**	
Miami			
Milão			
Nova Iorque			
Panamá			
Paris			
Santiago			
Tóquio			

* Dependências em processo de transformação para agência.

** Dependências em instalação.

Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil realiza atividades de administração de fundos de investimentos por meio de sua subsidiária integral BB Administradora de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“BB D'TVM”). Para atender às normas do Banco Central, as atividades da BB D'TVM são totalmente segregadas das atividades do Banco do Brasil. Os fundos de investimento do Banco do Brasil estão segmentados em pessoa física, pessoa jurídica, investidores do setor público, investidores institucionais e investidores não residentes. Os fundos de varejo estão divididos em fundos de renda fixa, renda variável, multicarteira e fundos cambiais. Os investimentos personalizados incluem fundos exclusivos e carteira de clientes.

O patrimônio líquido total dos fundos de investimentos e das carteiras de clientes administrados pela BB D'TVM, em 31 de dezembro de 2005, totalizava R\$153,5 bilhões, correspondendo a uma participação de mercado de 20,2%. Em 31 de dezembro de 2004, patrimônio líquido era de R\$124,0 bilhões, com participação de mercado de 19,7%, e em 31 de dezembro de 2003, o patrimônio líquido de R\$102,7 bilhões e participação de mercado de 19%. A taxa média anual de administração cobrada dos fundos de investimento, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, ficou em 0,86%.

Em 31 de março de 2006, a BB D'TVM administrava R\$169,2 bilhões de recursos de terceiros, apresentando um crescimento de 22,4% em relação ao mesmo período de 2005. Esse resultado representa 20,1% de participação no mercado brasileiro e consolida a liderança da BB D'TVM como a maior administradora de recursos de terceiros, segundo a ANBID.

A tabela a seguir contém o volume de recursos administrados por tipo de cliente, nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de						Em 31 de março de			
	2003	(%)	2004	(%)	2005	(%)	2005	(%)	2006	(%)
Investidor Institucional	44.431	43,3	55.863	45,0	62.952	41,0	57.447	41,6	64.366	38,1
Varejo	28.619	27,9	35.730	28,8	47.916	31,2	38.607	27,9	50.672	30,0
Governo	7.178	7,0	9.923	8,0	20.905	13,6	19.072	13,8	28.500	16,8
Atacado	14.190	13,8	13.316	10,7	13.638	8,9	13.665	9,9	19.328	11,4
Investidor Estrangeiro	8.069	7,9	9.031	7,3	8.056	5,2	8.545	6,2	6.192	3,7
Outros	171	0,2	159	0,1	41	—	861	0,6	92	0,1
Total	102.658	100,0	124.021	100,0	153.508	100,0	138.190	100,0	169.150	100,0

3.1. EQUIPE DO FUNDO

Marcos Rechtman

Head de Private Equity

Mestrado em administração de empresas – Coppead-UFRJ

Como executivo do Banco Bozano, Simonsen, (1994-2000) Marcos foi responsável pela montagem e administração do Fundo Bozano, Simonsen/Advent, o primeiro Fundo de Investimento em Empresas Emergentes (Instrução CVM no. 209/94) do país. Foi responsável pela implantação no Brasil da metodologia de gestão e práticas de governança corporativa do Advent, adaptando-as para a realidade brasileira. Treinou a equipe de gestão do fundo, tendo em vista estes conceitos.

De 2000 a 2003, Marcos foi CEO do AIG Private Equity no Brasil, sendo o responsável pela administração do primeiro Fundo que o Grupo AIG levantou para o país. Naquela ocasião, foi, também, responsável pela adaptação da metodologia de gestão e práticas de governança corporativa do AIG à realidade brasileira. Vale mencionar que este fundo foi responsável pela geração do maior retorno histórico já percebido pelo AIG em nível mundial (caso Gol Linhas Aéreas). Marcos treinou e capacitou a equipe de gestão do AIG no Brasil.

Anteriormente, de 1977-94, Marcos atuou como executivo do BNDES, estruturando operações de fusões, turnaround, aquisições e privatizações em diversos setores (telecomunicações, petroquímico, energia, etc.) através de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, e como executivo de empresas como Cataguazes Leopoldina e EMESA.

É autor dos livros: Governança Corporativa Aplicada ao Contexto Empresarial Brasileiro, Capital de Risco e Diplomacia Corporativa, Bric's and Private Equity, Nova Estrutura - Reinventando sua Empresa.

Antonio Coury**Partner****Engenheiro Civil, com Mestrado em Administração pela Coppead-UFRJ**

Antonio Coury traz para o Banif Private Equity destacada experiência em administração de investimentos e mercado de capitais. Terá dedicação integral ao Fundo Brasil de Governança Corporativa, sendo o responsável pela geração de deal flow, estruturação de negócios, enquadramento das operações, participação em Conselhos de Administração e Comitês de Investimentos, negociação dos termos e condições da operação, contratação de diligência, ratificação do relatório final da operação, monitoramento e implementação das estratégias de saídas.

Coury trabalhou com Marcos Rechtman por 8 anos. No Banco Bozano, Simonsen (1995-2000), foi participante ativo no Comitê de Investimentos do Fundo Bozano, Simonsen/Advent em que teve oportunidade de contribuir, não somente para o enquadramento análise e monitoramento, mas principalmente em relação à estratégia e implementação da saída dos investimentos.

Na Rechtman & Associados (2004-2007), trabalhou ativamente na estruturação de oportunidades que apresentassem elevados retornos para os investidores. Destacando 10 empresas selecionadas para investidores que foram lançadas recentemente, através de operações de IPO.

Com o perfil de administrador de recursos, domina as boas práticas de governança corporativa, devendo contribuir pela sua senioridade principalmente no adicionamento de valor nos conselhos de administração e na viabilização da estratégia de saída.

Joubert Castro Filho**Partner****Advogado pela UFRJ com especialização em Direito Público pela UFF.**

No Fundo Brasil de Governança Corporativa, Joubert será responsável pelo suporte ao fundraising, estruturação de negócios (com ênfase na governança corporativa), enquadramento, acompanhamento, compliance (junto à CVM e demais órgãos), diligência e relação com investidores. Joubert terá dedicação exclusiva ao Fundo Brasil de Governança Corporativa. No momento, é o profissional da equipe com maior envolvimento com a indústria de Private Equity no Brasil e com amplo networking com gestores, investidores e empresas envolvidas no segmento (no Brasil e no exterior), o que facilita a realização de negócios sindicalizados e elaboração de estratégias em situações de competição.

Joubert trabalha com Marcos Rechtman desde 2004, por ocasião da participação de Marcos como Diretor de Relações Institucionais da ABVCAP no biênio 2004-2006 e de 2006 até o momento, dado que Marcos é conselheiro da ABVCAP.

Como Diretor Executivo da ABVCAP (Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital), Joubert atuou de forma eficaz na realização do primeiro road show internacional do setor, com atividades em Nova Iorque, São Francisco e Londres.

Trabalhou no Projeto INOVAR (FINEP e BID/FUMIN) como consultor jurídico, dando suporte ao enquadramento de propostas, diligências, análises e acompanhamento.

Com perfil de bom negociador, com experiência em processos de relacionamento com investidores e com competência para avaliar o trabalho de due diligences, Joubert deverá adicionar valor ao Fundo principalmente nos processos de estruturação e negociação do valor de entrada e de saída do investimento, além da excelência no relacionamento com os investidores, pois está habituado a práticas de governança.

Leandro de Carvalho Vieira

Gerente

Ingressou no Banco do Brasil, em 1987, como estagiário. Aprovado em concurso, iniciou a carreira administrativa na área comercial do Banco, onde permaneceu até 1994. Em 1995 trabalhou na Gerência de Negócios com o BNDES, na avaliação de propostas de financiamento agrícola. Em 1996 foi trabalhar na BB-DTVM, na análise fundamentalista de bancos e de conjuntura e projeções macroeconômicas. Desde de 2000 trabalha na Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos, tendo passado pelos setores de fusões e aquisições, underwriting e gestão de projetos. Atualmente, se dedica a gestão de parcerias na área de Private Equity do BB Investimentos.

Possui experiência em projetos de criação, aquisição, venda e liquidação de empresas. É membro efetivo em conselhos de administração e fiscal de empresas participadas do BB Investimentos.

Formado em economia, com MBA em Análise de Conjuntura Econômica, MBA em Finanças e Mercado de Capitais, especialização em Análise de Empresas e Direito Societário.

Maria Adelaide Serpa

Analista

Desde 2002 atua no BB Investimentos, onde, inicialmente, foi responsável pelo acompanhamento da governança das participações estratégicas. Em seguida, passou a acompanhar projetos de aquisição e alienação de participações societárias e a prospectar novas oportunidades de investimento. A partir de 2005, dedicou-se à área de Private Equity e Venture Capital, onde participou do Programa de Investimento em Fundos de Participação, sendo responsável pela seleção de gestores e pela análise de propostas de investimento. Analisou os investimentos realizados nos Fundos InfraBrasil, GP Logística e AG Angra Infra-Estrutura, dentre outros. Formada em Direito pela UERJ, possui LLM em Direito Societário e dos Mercados Financeiro e de Capitais pelo IBMEC e é pós-graduanda em Finanças Corporativas também no IBMEC.

Aluísio Frota
Analista

Desde 2000 atua no BB Investimentos, onde, inicialmente, foi responsável pelo assessoramento do grupo de estudos e prospecção de negócios em saneamento básico, com a utilização de ferramenta de modelagem financeira específica para o setor. No início de 2002, licenciou-se para cursar o Mestrado em Administração, com ênfase em Finanças, na Coppead/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em seu retorno, em fins de 2003, passou a assessorar negócios de fusões e aquisições. Com ênfase na área de infraestrutura, trabalhou na assessoria às empresas Brasil Ferrovias (aluguel de vagões ferroviários), Coimex (construção de um terminal de contêineres em Santos), Invepar (holding da Linha Amarela, no processo de concessão de rodovias federais), entre outros projetos, tendo acompanhado tanto pelo lado negocial e societário quanto pelo lado técnico de avaliação econômico-financeira. Formado em Ciências Econômicas pela UFRJ, possui cursos de extensão em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV Direito e em Tecnologia da Informação pelo Instituto de Tecnologia da Informação e do Conhecimento, da Universidade Santa Úrsula e é mestre em Finanças pela Coppead/UFRJ. É analista de valores certificado pela Comissão de Valores Mobiliários desde 2004.

DECLARAÇÕES

3.2. DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400/03, o BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL) S/A, por meio de seu Diretor Presidente Sr. **Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade n.º 11.600, expedida pelo CORECON/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 316.198.947-34 e por seu Diretor Adjunto Sr. **Atila Noaldo Serejo Alves Silva**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade CRE n.º 17.221 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 707.828.227-20, na qualidade de Administrador do Fundo, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (i) que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o Prospecto são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (iii) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo no Prospecto estejam de acordo com as normas pertinentes e permitam aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Na qualidade de coordenador da distribuição de títulos e valores mobiliários junto a investidores institucionais, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na CVM, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (i) que as informações prestadas pelo ofertante são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

4. DISTRIBUIÇÃO

A distribuição das quotas do Fundo se dará por meio de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em especial a Administradora e o Assessor Financeiro e iniciar-se-á após a concessão de autorização para funcionamento do Fundo e registro na CVM, concedidas automaticamente mediante protocolo de documentos de constituição.

4.1. CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição de quotas do FIP Brasil de Governança Corporativa, considerando a Emissão de até 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o total de até 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais):

Custos da Distribuição		
Custos	Montante R\$	% do valor total da distribuição pública
Comissão de Coordenação	0,00	0%
Comissão de Colocação	0,00	0%
Comissão de Estruturação	0,00	0%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,01381167%
Outras Despesas Estimadas ⁽¹⁾	30.559,00	0,00509317%
Total	113.429,00	0,01890483%
⁽¹⁾ Inclui despesas com registro em cartório, publicação de anúncios de início e de encerramento e confecção de prospecto.		
Custo Unitário da Distribuição		
Custo total da distribuição	Quotas emitidas	Custo por Quota
R\$ 113.429,00	Até 600.000	R\$0,18
Valor Nominal Unitário da Quota	Custo Unitário de Distribuição R\$	%
R\$ 1.000,00	R\$0,18	0,018%

5. A TESE DE INVESTIMENTOS

O Banif e o BB reconhecem como pilares fundamentais ao sucesso de negócios a visão empresarial, empreendedorismo, a solidez no trato da gestão corporativa, o acesso a recursos financeiros com custos competitivos e *business intelligence*.

O Banif, por sua vez, instituição financeira com destacada presença no mercado brasileiro, diferencia-se pelo elevado nível técnico de seus colaboradores, dinamismo e criatividade, garantindo excelência, cobertura geográfica e agilidade na prestação de serviços financeiros.

O [BB Banco de Investimento](#) é instituição financeira de reconhecida experiência em Mercado de Capitais. O [BB-BI](#) conta com acesso a um largo universo de empresas, principalmente as empresas que internamente denomina como “corporate” (com faturamento acima de R\$ 100 milhões).

Neste contexto, o Banif Private Equity e o [BB-BI](#), através de equipe exclusiva, possuidora de uma ampla rede de relacionamentos e com atuação no mercado brasileiro, estão em fase de captação do Fundo Brasil de Governança Corporativa (“Fundo”), veículo através do qual serão aportados recursos financeiros, técnicos e humanos em empresas-alvo, orientados a setores nos quais o Brasil já se diferencia por deter importantes vantagens competitivas e operacionais.

A maximização do retorno do Fundo depende da identificação de empresários talentosos (que priorizam excelência de gestão), conjugando este elemento aos setores nos quais o Brasil detém vantagens competitivas.

O Brasil dispõe de um representativo número de empresas locais maduras, com potencial a tornarem-se globais e auto-sustentáveis num prazo de até 10 anos, que, a nosso ver, estão inicialmente situadas nos seguintes setores: alimentos e bebidas, transportes e logística, produtos farmacêuticos e cosméticos, varejo e tecnologia da informação.

O Fundo Brasil de Governança Corporativa se propõe a adicionar valor a estes empresários talentosos, de modo a convence-los a fazer parte da carteira do fundo, aproveitando-se assim de um cenário econômico-financeiro mais favorável, realizando investimentos em novos projetos e beneficiando-se de inflação, taxas de juros e risco-país

menores, além de contar com um ambiente legal e político mais transparente e regulado.

Em suma, num ambiente altamente líquido nos mercados globais, o fator preponderante para o gestor de *Private Equity* está na capacidade de escolher bons projetos, a partir do alinhamento de interesses com os empresários de potencial de transformar a sua empresa para o estágio de governança global, onde os múltiplos internacionais são mais elevados e propiciando ganhos a todos.

A competência e histórico de atuação da equipe do Banif Private Equity, aliados à vocação empresarial do grupo Banif, liderado pelo Comendador Horácio Roque, são valores importantes na realização da transição das empresas da carteira para o estágio de governança global. Além disso, a experiência do [BB Banco de Investimento](#) com Mercado de Capitais, além do amplo pipeline de negócios a que tem acesso, garante aos investidores do Fundo diversas oportunidades atrativas de investimento. Assim, o Fundo proporcionará ao empresário um ferramental complementar, de modo a que o seu negócio seja percebido nos mercados de capitais como de governança diferenciada, atendendo aos parâmetros dos mais sofisticados investidores.

As empresas-alvo presentes em tais Setores garantirão ao Fundo valor agregado, seja pelo crescimento mercadológico local e internacional esperado, como também pelo ganho de escala atribuído a potenciais movimentos de consolidação de empresas a serem implementados.

A percepção do Banif Private Equity e [BB-BI](#) recai, de forma não exclusiva, sobre os seguintes setores:

Alimentos e Bebidas

O setor de Alimentos e Bebidas (A&B) representa uma parcela significativa do PIB brasileiro e possui uma vocação nata para exportação.

A tabela a seguir ilustra alguns dados econômicos do setor:

Numero total de 37.978
empresas:

Sendo	36.292	Micro e pequena
	1.266	Medias
	420	Grandes

Empregos diretos > 7 milhões

Faturamento Liquido R\$ 184 bilhões

Participação no PIB 9,5%

Fonte: ABLA – Associação Brasileira das Industrias de Alimentação.

Entendemos que a trajetória decrescente nas taxas de juros locais, associada ao aumento do poder aquisitivo e distribuição de renda da população brasileira, beneficiarão o consumo como um todo e, em particular, a demanda por bens nos setores de Alimentos e Bebidas (“A&B”).

Ainda, consumidores mais exigentes, tanto em qualidade quanto em variedade, exigirão da indústria criatividade e agilidade na tomada de decisões, requerendo para tanto acesso a recursos para investimentos, ampliação de cobertura geográfica e *business intelligence*.

A posição privilegiada do país como produtor e exportador de *commodities* e bens primários agropecuários, assim como disponibilidade de terras e mão-de-obra, manterão grande o interesse por parte de investidores locais e estrangeiros em relação às empresas

de toda cadeia de A&B.

Ao longo dos próximos anos, a equipe de Private Equity do Banif acredita num número elevado de *investment cases* bem sucedidos em A&B. Em consequência, no mercado de capitais brasileiro, outros *cases* acompanharão Ambev, Sadia e Perdigão em termos de adicionamento de valor para os investidores.

Acreditamos que ainda há espaço para realização de novos IPO's de empresas em A&B, assim como valorização bursátil de *players* já listados.

Neste cenário, identificamos preliminarmente companhias com elevado potencial de crescimento e expansão, administração qualificada e rigor no trato tributário.

Transporte e Logística

O setor de Transportes e Logística é um setor estratégico para o país e vem apresentando um elevado crescimento nos últimos anos. A demanda é forte e crescente. O setor agrícola vêm se expandindo de forma acelerada e as perspectivas de crescimento são promissoras em razão da grande vantagem competitiva do Brasil nesse segmento. Já o transporte de produtos industrializados vem crescendo substancialmente em setores como siderúrgicos, petroquímicos, celulose e papel, alimentos entre outros.

A Tabela abaixo ilustra a evolução do número de prestadores de serviços logísticos e das receitas auferidas por empresas desse setor durante os últimos anos.

Ano	Receita Media / Empresa *	Numero de Empresas	Receita Total*	Taxa de Crescimento Anual - Receita
2000	31,77	107	3.399	
2001	38,17	124	4.733	39%
2002	52,83	114	6.023	27%
2003	91,44	112	10.241	70%
2004	139,26	118	16.433	60%
2005	160,35	133	21.327	30%

* em R\$ Milhoes

Fonte: Revista Tecnológica, CEL/COPPEAD

Além disso, o setor de T&L apresenta-se como uma das prioridades do Governo Federal na busca pelo crescimento econômico e redução do risco-país, traduzindo-se em fonte de

oportunidades ao setor privado.

A título de exemplificação, os investimentos previstos pelo Governo Federal no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) relacionados à T&L totalizam R\$61,5 bilhões, 12,2% dos R\$ 503,9 bilhões orçados ao total do programa.

O setor de T&L, que até pouco tempo possuía baixa representatividade no mercado acionário brasileiro, já conta com *investment cases* de sucesso como Gol, ALL, CCR e Santos-Brasil.

Acreditamos que ainda há amplo interesse de investidores em participar no desenvolvimento de oportunidades no setor de T&L nacional.

O potencial de expansão de negócios no mercado brasileiro de serviços logísticos é indiscutível. De um patamar de R\$ 3 bilhões/ano em 2000, a receita do setor saltou para R\$ 21 bilhões/ano em um período de apenas 5 anos, ou seja, um crescimento anual acumulado de 44%.

Produtos farmacêuticos e cosméticos

As empresas nacionais do setor farmacêutico e cosmético (“F&C”) adequaram-se rapidamente à concorrência de gigantes multinacionais, tais como Johnson & Johnson, Pfizer, Bayer, Bristol-Myers, Novartis, Avon, L’oreal e Unilever.

No Brasil, as quatro principais indústrias do setor são de capital nacional e aproximadamente 80% das unidades de genéricos comercializadas têm produção local. Atualmente, cerca de 550 empresas farmacêuticas atuam no País, entre laboratórios, importadoras e distribuidoras.

A criatividade, conhecimento do mercado consumidor, agilidade na tomada de decisões e aderência à legislação nacional tem garantido rápidos retornos e diferenciais competitivos às empresas do segmento de F&C, como no caso da produção de medicamentos genéricos e lançamento de produtos orientados ao perfil e preferências do consumidor brasileiro.

Além disso, nota-se um número restrito de empresas de capital aberto no setor, como é o caso da Natura. Assim, entendemos que novas empresas que venham a lançar suas ações

no mercado irão se beneficiar de seu pioneirismo e vanguarda.

Em paralelo ao crescimento esperado para o mercado de medicamentos “tradicionais”, existe um grande potencial de crescimento, ainda inexplorado, no setor de fitoterápicos. A demanda por tais medicamentos é crescente e diversos laboratórios vêm aumentando o número de pesquisas neste segmento. Já são conhecidos quase 50.000 tipos diferentes de plantas. Essa rica biodiversidade confere ao País grande potencial no setor. É uma vantagem competitiva difícil de ser superada.

Varejo

O setor de varejo nacional, alimentício e não-alimentício, também se beneficiará do incremento de renda e crédito da população, desvalorização do dólar norte-americano em relação ao real, promovendo aumento de vendas e redução nos preços finais de produtos.

Entendemos, ainda, que a atuação dos principais *players* será complementada pela prestação de serviços correlatos (financeiros, securitários e de logística), potencializando assim o surgimento de novas empresas e atividades relacionadas a grupos varejistas.

Neste contexto, identificamos diversas redes de varejo regionais com porte considerável, ainda com limitações à ampliação de sua cobertura geográfica. Para tanto, requerem aportes de recursos para investimentos, justificando a potencial entrada do Banif Private Equity.

Tecnologia de Informação

Sabemos ser fundamental em um setor sujeito a constantes mudanças tecnológicas (curtos ciclos), no qual tecnologias rapidamente se tornam obsoletas, que empresas desenvolvam soluções criativas e inovadoras com agilidade e segurança.

Mesmo enfrentando concorrência direta de competidores chineses e indianos, os *players* do setor de Tecnologia de Informação (“TI”) brasileiro sobressaem-se pela qualidade técnica de seus profissionais (reconhecidos mundialmente por sua *expertise*), capacidade de gestão e inovação.

Neste cenário, o Banif reconhece no mercado empresas desenvolvedoras de produtos e serviços de alta qualidade, já consolidadas localmente, com grande capacidade de crescimento e expansão internacional, não se enquadrando no foco de operações *venture*

capital.

- Observação Importante: *os setores da economia brasileira relacionados e comentados nesta seção representam meras indicações de segmentos que vem sendo observados pelo Administrador e pelo Assessor Financeiro, sendo permitido ao Fundo investir em empresas de quaisquer setores, desde que respeitada a diversificação da carteira e as características de enquadramento das oportunidades de negócio. -*

6. OBJETIVO, COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, COMITÊ E DECISÃO DE INVESTIMENTOS

6.1. OBJETIVO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O objetivo do Fundo é obter retornos superiores ao Indexador com valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em carteira diversificada de ações, debêntures ou outros Valores Mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas, pertencentes ao grupo de Empresas Alvo. O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observado o Regulamento.

Constitui-se objetivo do Fundo investir em valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo, que resultem na participação do processo decisório das Companhias Investidas, sendo obrigatório que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido esteja investido nas Empresas Alvo.

O Fundo poderá ainda investir em ações, títulos e valores mobiliários não conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias públicas ou privadas, abertas ou fechadas das Companhias Alvo, que o Comitê de Investimento entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e que não representem participação, exceto em companhias que estejam ou possam estar em processo de recuperação e reestruturação, observado o disposto na legislação aplicável.

Os Valores Mobiliários das Companhias Alvo poderão ser ilíquidos no momento do investimento, mas o Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida, caso seja fechada, venha a atender, no que couber, aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado ou Nível 2 da BOVESPA, observadas, ainda, as condições exigidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

6.2. COMITÊ DE INVESTIMENTO

O Fundo terá um Comitê de Investimento, não remunerado pelo Fundo, composto por,

no máximo, 9 (nove) membros e respectivos suplentes, a serem nomeados por ocasião da 1ª Assembléia Geral de Quotistas, sendo até 5 (cinco) membros efetivos com direito a voto indicados pelos quotistas, excluindo-se o Administrador/Gestor e o Assessor Financeiro, 2 (dois) membros efetivos com direito a voto indicados pelo Administrador/Gestor, 1 (um) membro efetivo com direito a voto indicado pelo Assessor Financeiro e (um) membro observador sem direito a voto a ser indicado pelos quotistas em sua totalidade, todos pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução. Os membros do Comitê de Investimento poderão ser substituídos a qualquer tempo por solicitação dos quotistas que os indicaram..

Compete ao Comitê de Investimento deliberar sobre:

- I - todos os investimentos a serem realizados pelo Fundo em Companhias Alvo;
- II - os desinvestimentos a serem realizados pelo Fundo;
- III - as demais decisões relevantes a serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, inclusive aumento de participação, adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- IV - os eventuais desenquadramentos do Fundo, no prazo compreendido entre as chamadas das Integralizações Remanescentes e os efetivos investimentos nas Companhias Investidas.
- V - aprovar a baixa contábil parcial ou total de investimentos realizados pelo Fundo.
- VI – Deliberar que seja submetida à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas a decisão de o encerramento antecipado do Período de Investimento, conforme previsto no

Erro! Fonte de referência não encontrada. Artigo 31º – Parágrafo Primeiro.

6.3. CRITÉRIOS DE CONCENTRAÇÃO

No último dia do Período de Investimento a alocação dos ativos do Fundo, considerando seus custos de aquisição, deverá ser de no mínimo 15% (quinze por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) em cada setor da economia nos quais estejam enquadradas as Companhias Investidas, sendo os Valores Mobiliários e ativos financeiros avaliados para esse fim por seus respectivos custos de aquisição..

Os Valores Mobiliários de emissão de uma mesma Companhia Investida não poderão representar mais de 20% (vinte por cento) do Capital Comprometido Na hipótese de

investimento em companhias de participações (holdings), a restrição em questão se aplicará à participação total do Fundo, seja ela direta ou indireta, nas sociedades objeto de investimento pela companhia de participação.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial, desde que observadas as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.456/2007 ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação de recursos de entidades de previdência complementar

6.4. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

A tese de investimentos do fundo está focada na identificação e investimento em companhias que se transformem, no prazo do Fundo, em companhias de Governança Corporativa Global. Para tanto, a estratégia de investimentos será levada a cabo, considerando a seguinte metodologia de gestão:

- i) Avaliação do Impacto da Globalização;
- ii) Estruturação da operação;
- iii) Avaliação da gestão;
- iv) Adoção de boas práticas de Governança Corporativa;
- v) Administração de conflitos.

Um dos elementos fundamentais à verificação de boas oportunidades de negócios em países emergentes está relacionado ao baixo preço de seus ativos. As empresas instaladas em tais países, que conseguem avaliar os **impactos da globalização** em suas operações e promover as necessárias adaptações, incrementam sua competitividade, valorizando-se mais rapidamente. A partir dessa premissa, verificamos no Brasil uma série de oportunidades de negócios, envolvendo companhias com potencial de crescimento acelerado, seja através de consolidação setorial, ou mesmo através de acesso ao mercado de capitais.

O segundo desafio a ser encarado nos mercados emergentes diz respeito à liquidez dos ativos. Neste ponto, ganha importância a **estruturação da operação**, a partir da qual considera-se quatro elementos: a) preço e retorno; b) cultura; c) volatilidade; e, d) saída do investimento. Como colateral, tem-se a criação de proteções eficazes contra a volatilidade econômica, a capacidade deficiente de gestão, a ineficácia da governança corporativa e os

conflitos societários. A estruturação da operação que considera todos esses elementos propicia aos investidores liquidez, proteção e elevada rentabilidade.

Quanto à **avaliação da gestão**, temos que considerar dois blocos elementares para uma análise adequada, a saber:

- vi) Etapas do processo (diagnóstico, definição de metas, aprovação e implantação do plano de ação): indica a rapidez e eficácia da empresa às mudanças em seu ambiente de negócios;
- vii) Elementos do processo (ambiente, mercado, produto, estratégia, princípios básicos de administração, liderança, comprometimento da equipe, logística, sistemas de informação, contabilidade, aspectos financeiros, jurídicos e fiscais): indica o grau de conhecimento da administração e capacidade de gestão em adequar o seu conhecimento à realidade da empresa.

Outro elemento-chave para atração de investidores é a **governança corporativa**. Neste sentido, devem ser considerados os seguintes princípios:

- viii) Transparência: criação de instrumentos que garantam aos acionistas acesso às informações, conciliando-se tal necessidade ao sigilo inerente aos negócios da companhia.
- ix) Equidade: trata-se de viabilizar o equilíbrio societário entre os acionistas controladores e minoritários. As técnicas normalmente utilizadas nos EUA (onde são mais comuns estruturas societárias pulverizadas) devem ser tropicalizadas.
- x) Prestação de contas: garantia de prestação de contas por parte dos controladores aos minoritários, o que valoriza os ativos da companhia.
- xi) Cumprimento da lei: este elemento consiste na manutenção da formalidade e legalidade das atividades empresariais, evitando contingências que afetem o valor de venda da companhia;
- xii) Ética: manutenção de padrões de lealdade entre os acionistas, permitindo a valorização do negócio ao longo do tempo.
- xiii) Responsabilidade Social e Ambiental: tratam-se de práticas preventivas de contingências sócio-ambientais e partes relacionadas, fazendo com que a companhia se valorize com o tempo. Atualmente, os investidores internacionais têm observado estes aspectos de forma detida.

Por fim, a **administração de conflitos** é fator essencial para o bom funcionamento da governança corporativa e eficácia do plano de negócios. Para tanto, serão utilizados instrumentos de diplomacia corporativa, permitindo a previsão, avaliação e a prevenção/resolução de conflitos:

- xiv) Definição e avaliação do conflito;
- xv) Definição das variáveis-chave e diálogo entre as partes;
- xvi) Ganhos mútuos e construção de consenso;
- xvii) Recomendações e implementação de soluções.
- xviii) Todos os elementos aqui relacionados serão considerados e explicitados nos relatórios de enquadramento, análise e acompanhamento, potencializando os retornos a serem obtidos pelas carteiras constituídas pelo FIP Brasil de Governança Corporativa.

7. PATRIMÔNIO DO FUNDO E CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

O Fundo terá um patrimônio de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), representado por 600.000 (seiscentas mil) quotas, com valor unitário na data de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, sendo o valor de subscrição inicial mínimo por investidor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais).

Os investidores interessados em subscrever quotas do Fundo deverão assinar Boletim de Subscrição, anexo ao presente Prospecto.

A integralização das quotas do Fundo deverá ser efetuada mediante solicitação do Administrador até o encerramento do Período de Investimentos. Desta forma, os quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo mediante integralização parcial ou total das quotas subscritas conforme solicitação recebida. As quotas deverão ser integralizadas pelo Preço de Subscrição. O valor das quotas será calculado diariamente com base nas normas contábeis aplicáveis ao Fundo, inclusive para fins de subscrição de novas quotas após a subscrição inicial.

A operação do Fundo será iniciada quando os valores de subscrição atingirem o valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

7.1. AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

O Patrimônio Líquido será calculado como sendo o valor resultante da soma das Disponibilidades do Fundo, mais valores a receber, menos Exigibilidade, menos outros passivos mais outros ativos, mais o valor da carteira precificado na forma descrita a seguir:

- I - as ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, serão avaliadas pelo seu valor de custo de aquisição ou valor patrimonial, o que for menor.
- II - ações com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado serão avaliadas pela cotação média do último dia útil do mês ao qual se refere a demonstração;
- III - debêntures conversíveis: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, calculadas nos termos do item "I" ou "II" acima, conforme o caso;

- IV - títulos públicos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados a preço de mercado; e
- V - demais títulos privados serão avaliados a preço de mercado, com vistas a refletir o valor real de negociação imediata do título e compatibilizar seu valor ao de transações realizadas por terceiros.

8. PÚBLICO ALVO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO

8.1. PÚBLICO ALVO

Somente poderão investir no Fundo investidores qualificados, nacionais ou internacionais, quais sejam:

- (a) instituições financeiras;
- (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- (d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Boletim de Subscrição anexo ao presente Prospecto;
- (e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- (f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

8.2. NEGOCIAÇÃO DE QUOTAS

As quotas somente serão admitidas a negociação no mercado secundário na hipótese de aprovação da referida negociação pela assembléia geral de quotistas e atendimento a todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Na hipótese de negociação das Quotas em operações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou mediante a realização de operações privadas, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais quotas.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir Quotas do Fundo os Investidores Qualificados, conforme definidos na regulamentação aplicável, e/ou investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento.

A publicação deste prospecto antecede a primeira subscrição e integralização de quotas, não havendo à data, quaisquer negociações das mesmas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

9. PERÍODO DE INVESTIMENTO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá um período de investimento de 4 (quatro) anos durante os quais o Administrador deverá encaminhar propostas de alocação ao comitê de investimentos de acordo com a política do Fundo.

O Fundo terá um prazo de duração de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 1 (um) ano, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

10. TAXAS E ENCARGOS

10.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Após o Fechamento, o Administrador/Gestor e o Assessor Financeiro farão jus, respectivamente, a uma Taxa de Administração e a uma remuneração pela prestação de serviço de consultoria de investimentos, que será deduzida da taxa de administração, e calculada e paga de acordo com as regras definidas abaixo:

- I - Durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador/Gestor e a remuneração a ser paga ao Assessor Financeiro pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderão a 1% (um por cento) ao ano incidentes sobre o Capital Comprometido; e
- II - Após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador/Gestor e a remuneração a ser paga ao Assessor Financeiro pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderão a 1% (um por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, deduzidos os aportes realizados para pagamento de taxa de administração, a distribuição dos valores principais investidos e as eventuais baixas contábeis de investimentos.

A Taxa de Administração e a remuneração do Assessor Financeiro serão pagas pelo Fundo diretamente ao Administrador/Gestor e ao Assessor Financeiro conforme disposto abaixo:

- (i) Administrador/Gestor – 50% (cinquenta por cento) do Valor Total da Taxa de Administração;
- (ii) Assessor Financeiro – o mínimo de 30% (trinta por cento) do Valor Total da Taxa de Administração, conforme disposto nos incisos I e II deste artigo, adicionados de até 20% (vinte por cento) sobre a mesma base de cálculo, limitados ambos percentuais a 50% (cinquenta por cento) do Valor Total da Taxa de Administração.

Caso após o decurso de 3 (três) anos contados do Fechamento se verifique que o Comitê de Investimento não tenha aprovado um total de investimentos em Companhias Alvo de no mínimo R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) corrigidos pelo INPC desde a data do Fechamento, a Taxa de Administração relativa ao período estabelecido no inciso I acima passará a ser calculada de acordo com o mesmo critério previsto para o período ao qual se refere o inciso II acima.

A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da porcentagem referida nos incisos I e II acima, sobre o valor diário da base de cálculo indicada em tais alíneas, conforme o caso, e será paga diretamente pelo Fundo ao Administrador/Gestor e ao Assessor Financeiro, segundo os percentuais definidos no parágrafo primeiro, em base trimestral, até o 5º (quinto) dia útil do primeiro mês do

trimestre.

Ressalvado o disposto nos incisos I e II, supra, após o Período de Investimento, a Taxa de Administração e a Remuneração do Assessor Financeiro, em conjunto, terão como valor mínimo anual R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem pagos ao Administrador/Gestor e ao Assessor Financeiro no regime do Parágrafo Primeiro deste artigo, valores estes entendidos como mínimos para manutenção das atividades regulares do Fundo até o seu encerramento.

10.2. TAXA DE PERFORMANCE

Pela sua atuação, a título de participação nos resultados e sem prejuízo da Taxa de Administração anteriormente mencionada, o Administrador/Gestor fará jus a uma taxa de performance (a “Taxa de Performance”), da qual será descontada parcela para pagamento da Remuneração Adicional de Desempenho do Assessor Financeiro (“Remuneração Adicional de Desempenho”), calculada da seguinte forma:

$$TP = (VD - (CI - VP)) \times 20,0\%$$

Onde:

TP é a Taxa de Performance;

VD é o valor em moeda corrente nacional que está sendo distribuído pelo Fundo a título de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou por ocasião da liquidação do Fundo;

CI é o capital investido pelos quotistas no Fundo, entendido como o valor efetivamente recebido pelo Fundo por ocasião de cada integralização de Quotas, corrigido, a partir da data de cada integralização, até a data da amortização ou liquidação do fundo, pela variação do Indexador; e

VP é a soma dos valores já distribuídos pelo Fundo, atualizados, desde a data de sua distribuição até a data de cálculo pela variação do Indexador, limitada ao valor de CI.

A Taxa de Performance corresponde a 20% (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo fundo que excederem os valores integralizados pelos quotistas, atualizados pelo INPC acrescido de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano desde a data da integralização das cotas até a data da distribuição ou liquidação do fundo.

Somente haverá cobrança de Taxa de Performance, que será sempre calculada e devida exclusivamente com relação a valores pagos aos cotistas em dinheiro, quando o resultado da fórmula acima for positivo.

A Taxa de Performance será devida ao Administrador/Gestor, devendo o Fundo pagar diretamente ao Assessor Financeiro parcela de 50% (cinquenta por cento) de seu valor apurado nos termos deste artigo referente à Remuneração Adicional de Desempenho,

A Taxa de Performance e a Remuneração Adicional por Desempenho do Assessor Financeiro serão pagas por ocasião das Amortizações previstas neste Regulamento, e/ou

quando do pagamento das quantias recebidas pelos quotistas quando da Liquidação do Fundo.

O pagamento da Taxa de Performance ao Gestor deverá ser realizada de forma a atender os requisitos previstos no artigo 47 da Resolução CMN n.º 3.456, de 01.06.2007 ou outra regulamentação que a substitua, aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

10.3. ENCARGOS

Constituem encargos do Fundo, além das taxas mencionadas acima:

- I - quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo e referentes à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- II - quaisquer despesas referentes à fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do Fundo, dentro dos limites aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas;
- III - as Taxas de Administração e Performance pagas ao Administrador/Gestor;
- IV - os honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;
- V - honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas para a defesa dos interesses do Fundo, em Juízo e fora dele, inclusive eventual condenação judicial, se for o caso;
- VI - as taxas, impostos e contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- VII - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas de interesse do Fundo, previstas na regulamentação pertinente e neste Regulamento;
- VIII - despesas com as correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação a quotistas;
- IX - os emolumentos e comissões pagas sobre operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- X - parcela de prejuízos eventuais não cobertos por apólice de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador/Gestor no exercício de suas funções;
- XI - as taxa de custódia dos títulos valores mobiliários integrantes da carteira do

Formatado: Fonte: Garamond, 12 pt

fundo;

XII - os prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do fundo entre bancos;

XIII - as despesas com a contratação de terceiros, excetuando-se o Assessor Financeiro, para prestar serviços jurídico-legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ficam limitadas a 0,2 % (dois décimos por cento) do total do Capital Comprometido ao ano ao longo do Período de Investimento, e 0,2 % (dois décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ao ano após o Período de Investimento, despesas estas não incluídas na taxa de administração ou performance.

OBS: Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas.

11. CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, quer sejam, a Administradora, a Gestora e o Custodiante.

Eventuais ou potenciais situações de conflito de interesses verificada em qualquer transação e/ou contratação entre o Fundo, o Administrador e o Grupo Administrador, e as Companhias Investidas serão, obrigatoriamente, levadas ao conhecimento e aprovação do Comitê de Investimento.

12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Administrador deverá remeter

I - Aos quotistas:

- (i) mensalmente no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento do mês:
 - (a) o extrato mensal contendo o valor patrimonial da Quota;
 - (b) o percentual de participação do quotista no Fundo; e
 - (c) o patrimônio total do Fundo e composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram no formato exigido pela regulamentação em vigor.

II - À CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também ao quotista, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo;
 - (b) número de quotas emitidas.
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
 - (a) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do art. 14 da Instrução CVM 391/03;;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo em conformidade com o disposto no art. 27 da Instrução CVM 391/03, devendo ser especificado o seu valor; e
 - (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no art. 27 da Instrução CVM 391/03, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo;

12.1. ATENDIMENTO AO QUOTISTA

O Administrador coloca à disposição do quotista o Serviço de Atendimento responsável

pelo esclarecimento de dúvidas, recebimento de sugestões e reclamações no telefone: (21) 3138-3100

12.2. CÓPIAS DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO

Cópias do Regulamento e do Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM, nos endereços abaixo:

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. (Administrador)
Rua Minas de Prata, 30, 15.º andar – São Paulo/SP
CEP 04552-080
Fone (11) 3074-8000
e-mail: jcastro@banifib.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar – Rio de Janeiro/RJ
www.cvm.gov.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Rua Cincinato Braga, 340 – 2º andar – São Paulo/SP
CEP 01333-010
www.cvm.gov.br

13. FATORES DE RISCO

Antes de decidir por adquirir Quotas, os investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Cotistas do valor investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

O Fundo e seus quotistas estão expostos aos seguintes fatores de risco, entre outros:

Restrições ao resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite a qualquer momento o resgate de quotas. Caso os Quotistas queiram se desfazer de seus investimentos no Fundo, será necessária a venda de suas Quotas no mercado secundário. Todavia, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociar quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou obter preços reduzidos na venda das mesmas.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características de prazo e duração do mesmo. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado ao retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários

integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Companhias Investidas. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar suas obrigações está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Não Recuperação dos Recursos Aplicados

Caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não existem quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados, total ou parcialmente, em prazo compatível com a duração do Fundo. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, em decorrência, dos Quotistas, poderão ser impactados de modo negativo.

Crítérios de Elegibilidade das Companhias Investidas

A seleção de projetos e companhias passíveis de investimentos por parte do fundo deverá seguir os critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento e sua aprovação será feita pelo Comitê de Investimento. Apesar disso, o cumprimento dos critérios de elegibilidade não constitui garantia de rentabilidade ou promessa de atribuição de rendimentos na medida esperada pelos Quotistas do Fundo, haja vista que a condição econômico-financeira das companhias investidas poderá ser prejudicada por fatores exógenos causados por alterações no cenário macroeconômico do país, que não podem ser previstos antecipadamente.

Concentração da Carteira

Apesar da limitação estabelecida por este Regulamento, o cumprimento deste requisito não se constitui em promessa ou garantia de rentabilidade ou manutenção de rendimentos ao quotista, podendo a concentração de aplicação de recursos, mesmo que limitada, em uma mesma Companhia Investida, na hipótese de má performance desta, comprometer a performance do Fundo. Nesta situação, os rendimentos do Fundo e, consequentemente, o dos Quotistas poderão ser impactados negativamente.

Do uso de Derivativos

A contratação pelo fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam no caso de tais estratégias não terem sido utilizadas. Essa situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos seus Quotistas, proporcionalmente à sua participação

no patrimônio.

Não garantia de Rentabilidade

O objetivo de rentabilidade do Fundo não constitui garantia mínima ou promessa de obtenção ou manutenção de rentabilidade do Fundo. A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações existente no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. Os cotistas do Fundo estarão sujeitos a prejuízos resultantes, dentre outros fatores, da depreciação dos ativos e bens integrantes de sua carteira, e poderão vir a ser chamados a aportar recursos adicionais destinados à cobertura de eventuais perdas superiores aos recursos disponíveis no Fundo.

Regulamentação e Políticas Intervencionistas por parte do Governo Federal

Os investimentos do Fundo serão destinados a investimentos em companhias dos Setores Alvo, setores estes que são, em grande parte, regulamentados pelo Poder Público. Assim, alterações na regulamentação desses setores, por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente as companhias investidas e, em consequência, a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo.

14. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL

14.1. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IO/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (na hipótese de liquidação do Fundo), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das Quotas (se houver), limitado ao rendimento da operação em questão, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo o referido Decreto, resgates, cessões ou repactuações de quotas de fundos de investimento efetuados dentro de um prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IO/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto. O IO/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

I Para o Quotista residente no Brasil: os ganhos e rendimentos auferidos serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento).

II Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior: fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no país de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Este benefício não será concedido nas seguintes hipóteses: **i**) quotista titular de quotas que, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, representem 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das quotas emitidas; **ii**) quotista cujas quotas, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, lhes derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, **iii**) no caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido, ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos; **iv**) quotista

residente ou domiciliado em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima de 20%. Nestes casos, o quotista residente ou domiciliado no exterior será tributado à alíquota de 15%(quinze por cento)....

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos e ganhos decorrentes das aplicações em Quotas do Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

14.2. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

15. SUMÁRIO DE CONTRATOS

15.1. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

O Contrato de Custódia, firmado entre o Administrador o Custodiante, tem por objeto a prestação ao Administrador dos serviços de custódia qualificada dos ativos do Fundo e controladoria dos ativos e do passivo do Fundo.

Os serviços de Custódia Qualificada dos Ativos do Fundo compreendem a liquidação física e financeira dos Ativos e sua respectiva guarda, a administração e informação de proventos associados aos Ativos, a liquidação financeira de derivativos, de contratos de permutas de fluxos financeiros - swap e operações a termo.

Os serviços de controladoria dos Ativos do Fundo compreendem:

- (i) controle e processamento dos Ativos do Fundo;
- (ii) a manutenção, em consonância com as disposições legais, dos documentos e registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo;
- (iii) o cálculo e a prestação diária de informações ao Administrador relacionadas ao patrimônio líquido, ao valor atualizado das quotas e à composição da carteira do Fundo;
- (iv) o envio periódico à CVM, na forma e prazos previstos na regulamentação aplicável, de informes diários, balancetes, demonstrativos de composição e diversificação de carteira;
- (v) a divulgação diária, nos termos da regulamentação em vigor, do valor do patrimônio líquido do Fundo e do valor das quotas;
- (vi) o cálculo diário do valor da quota do Fundo e do Ativo, com base em metodologia adotada pelo Custodiante/Controlador;
- (vii) a recepção, nas instalações do Custodiante, de empresa de auditoria contratada pelo Administrador; e
- (viii) o cálculo, retenção e recolhimento de tributos devidos em razão das operações do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)